

## Política



DEPOIS DE PEDIR RETRAÇÃO

Pacheco: 'Nada abala relação com Lula'

Senador afirma que não quis reprimir presidente após faia sobre Israel



## CÁLCULO DUPLO

## Diante de derrota iminente, governo mede riscos e evita atrito com deputados por 'saidinha'

JENNIFER GULART E  
LAURENTE POMPEU  
publica@globo.com.br

Após a aprovação por margem esprema no Senado do projeto que proíbe a "saidinha" de presos em datas comemorativas, o Palácio do Planalto decidiu, diante da dificuldade de reverter o quadro na Câmara, não intervir na discussão e avalia os custos políticos de uma eventual oposição ao texto. Ainda que seja uma mudança que contraria o entendimento majoritário do governo sobre a política carcerária, ministros veem o avanço na Casa como certo e citam o risco de um novo embate com o Congresso que possa atrapalhar o andamento de pautas prioritárias. Há ainda a avaliação de que se posicionar contra a restrição pode dar combustível ao bolsonarismo na área da segurança pública, tema que provoca desconforto no Executivo e é um flanco que será explorado por adversários nas eleições municipais.

Líderes próximos ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avaliam que a iniciativa tem apoio para passar na Casa, e há a expectativa de que o texto não demore a ser pautado. Em 2022, o projeto já havia sido aprovado por ampla margem (311 a 98), mas há a necessidade de uma nova votação em função de mudanças feitas no Senado, onde o texto recebeu 62 votos favoráveis e 2 contrários — com o apoio, inclusive, de parlamentares do PT, o que gerou constrangimentos.

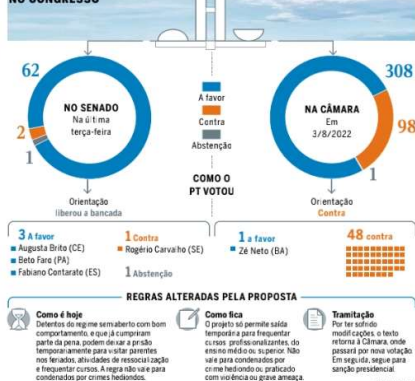
O líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BR), falou que é contra o projeto, mas que, pela posição dos outros senadores da base, decidiu liberar a bancada — ele se absteve. Um dos votos contra foi do senador Rogério Carvalho (PT-SE). Ele afirmou que seguiu a posição do partido, "a favor da reintegração gradual dos presos à sociedade".

Segundo a colunista Vera Magalhães, do GLOBO, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi aconselhado por aliados a "escolher as brigas" em que ele e o governo vão entrar. Para esses conselheiros, o petista deve deixar a contestação do fim do benefício para entidades de direitos humanos que lidam com a questão carcerária, que, segundo ele, devem seguir a inconstitucionalidade dele junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Há o entendimento no Pla-



Rapidez na tramitação. Deputados no plenário: líderes próximos a Lira têm a expectativa de que projeto da "saidinha" não vá demorar a ser pautado na Casa

AS VOTAÇÕES  
NO CONGRESSO

## "FALTA VOTO"

A bancada do PT ainda não definiu a posição, o que também levará em conta o ambiente político. Em 2022, quando o partido era oposição a Bolsonaro, a orientação foi contra o texto. O próprio deputado José Guimarães (PT-CE), hoje líder do governo,

votou contra a iniciativa na época. Agora, porém, ele e outros parlamentares aliados evitam adiantar uma posição. Um dos vice-líderes do governo na Câmara, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) avalia que a base governista não vai se empenhar

para a aprovação do projeto. — Não creio (que a base vai trabalhar contra). Por falta de voto. A Câmara já votou essa matéria antes, e o Senado ainda melhorou, o Emar Nascimento (União-BA), líder da terceira maior bancada da Casa, dá a aprova-

ção do projeto como certa. — Já foi aprovado pela Câmara (em 2022). É só confirmar, porque teve algumas mudanças no Senado. A única mudança no mérito do projeto em relação ao primeiro texto endossado pelos deputados foi uma emenda

para permitir que presos saíssem para frequentar cursos supletivos profissionalizantes, do ensino médio ou superior. Coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública, o deputado Alberto Fraga (PL-DF) acrescentou que o fim das "saidinhas" é uma demanda antiga que, ainda que haja um veto presidencial, há maioria para derrubá-lo.

— É uma agenda recorrente. Os presos fogem, cometem novos crimes, e a política fica enxugando gelo.

## ORIENTAÇÃO DA CASACIVIL

A frente da pasta responsável pelo assunto, o ministro Ricardo Lewandowski (Justiça) é contra o encarceramento em massa e o endurecimento das progressões de regime, mas indicou que não pretende criar conflitos com o Parlamento e vai aguardar o desenrolar na Câmara. A postura é também um gesto a Lira, a quem fez uma visita de cortesia assim que assumiu o ministério.

Lewandowski quer analisar cada ponto e ter uma posição mais técnica para levar a Lula. Internamente, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vinculado à pasta, elaborou nota técnica apontando que a "saída temporária é imprescindível à execução penal, na medida em que configura uma etapa preparatória para a liberdade definitiva".

Na Advocacia-Geral da União (AGU), o tema também tem sido tratado com cautela. Aliados, o ministro Jorge Messias defendeu que o Congresso seja ouvido antes de qualquer manifestação do governo. Como o projeto ainda não está em análise por Lula, há entre governistas também a dúvida sobre como o presidente vai orientar o governo e a cautela em adotar qualquer posicionamento antes de uma diretoria clara. Procurado, o ministro Silvano Almeida (Direitos Humanos) disse que não vai se manifestar. Historicamente, ele é alinhado a uma visão não punitivista e já disse, por exemplo, ser contra a prisão de usuários de drogas.

Enquanto um caminho ainda é avaliado, a Casa Civil já orientou os ministérios a anteciparem suas notas técnicas para que a análise comece assim que o projeto passar pela Câmara.

Legalidade  
do texto  
divide  
juristas

➤ Juristas ouvidos pelo GLOBO divergem sobre constitucionalidade do projeto de lei aprovado pelo Senado que restringe a "saidinha" de presos em datas comemorativas e para atividades de ressocialização, em meio à possibilidade de o tema ser levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). O ponto de discussão é se a mudança fere princípios da legislação brasileira.

➤ Professor de Direito da FGV Rio, Thiago Bottino avalia que o projeto de lei viola o princípio de ressocialização da pena e deve ser questionado no Supremo.

➤ — Caso seja posteriormente aprovado, ele deve ser questionado no STF. A pena precisa ser cumprida em um regime de progressão. Você inicia eventualmente no regime fechado, progri-

de ara o semiaberto e depois o aberto. Além dos diferentes regimes, temos mecanismos, como a saída temporária, como uma das etapas de ressocialização.

➤ Bottino ressalta ainda que, do ponto de vista da política carcerária, o benefício é importante em um contexto de superlotação dos presídios e que apenas cerca de 5% dos detentos liberados nas

saídas temporárias não retornam.

➤ Professor de Direito Constitucional na UFF, Gustavo Sampaio também vê espaço para contestação do projeto no Supremo. Ele acrescenta que fim da "saidinha" pode ferir o princípio de individualização da pena, previsto no artigo 5º da Constituição.

➤ Já o advogado criminalista Rafael

Paiva discorda. Ele aponta que o benefício continua existindo nos casos em que o preso do regime semiaberto condenado por crimes não violentos estiver frequentando curso profissionalizante ou curso de ensino médio ou superior.

➤ — Não é um projeto inconstitucional pois mantém o benefício, que só é válido para presos do regime semiaberto.